

2º Congresso de Áreas Protegidas, 1989.

TÍTULO: TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS / *Resumo*

AUTOR: LUISA MARIA LOPES PIRES GENESIO
ARQUITECTA PAISAGISTA NO P.N.M.
(PARQUE NATURAL DE MONTESINHO)

O P.N.M. constitui só por si um pólo de atracção turística e recreativa de incontestável valor, devido às características estéticas da sua paisagem - Ordem, Grandeza e Diversidade; aos seus valores humanos e culturais.

A paisagem é vulnerável. É necessário determinar a sua capacidade de carga de forma a harmonizar a economia com a ecologia e a preservar os valores atrás apontados. Todas as intervenções humanas na paisagem provocam alterações mais ou menos graves, raramente indiferentes. Estas alterações desequilibram o sistema paisagístico e introduzem discrepâncias (perdas de energia) que obrigam ao uso de mecanismos correctivos. A actividade turística terá de se conformar com os planos de ordenamento e gestão de áreas protegidas; para se garantir às gerações vindouras o usufruto da Natureza.

3

4

3

TÍTULO: Turismo em Áreas Protegidas

AUTOR : Luísa Maria Lopes Pires Genésio

A paisagem é um ponto capital para o desenvolvimento do turismo. O Parque Natural de Montesinho deve o seu estatuto de área protegida especialmente à sua riqueza paisagística. Esta riqueza traduz-se numa enorme diversidade de situações que reflectem uma intervenção humana em estreita colaboração com as leis fundamentais da Natureza, resultando daí quadros de grande beleza e equilíbrio.

A qualidade da paisagem deve ser entendida como um recurso natural, com valor de património não monetarizável e possuindo um limite de exploração. Locais de elevada qualidade visual da paisagem como o P.N.M., são procurados quer para a prática de lazer e recreio, quer para a implantação de infra-estruturas de apoio ao turismo. É assim inegável que existe um valor associado à qualidade visual da paisagem, que a torna um recurso natural e, como tal, uma forma de realizar dinheiro, já que esse recurso é alvo de uma procura cada vez maior. Para preservar a qualidade é preciso conhecê-la. Os métodos de análise da qualidade visual da paisagem têm vários propósitos. Em traços largos procuram qualificar a paisagem com base em vários elementos; atribuir-lhe um peso em conformidade com uma escala e concluir do seu valor.

Os factores que mais afectam a qualidade da paisagem, são os que definem a sua dimensão:

1. Forma da terra - Relativamente imutável
2. Uso da terra - Mutável

Com base nestes factores é possível definir zonas homogêneas. Estas zonas reúnem um conjunto de características físicas comuns (exposições, declives, uso do solo, valores culturais, intrusões visuais, ...). Posteriormente são classificadas de acordo com parâmetros estéticos que têm a ver com a percepção sensorial humana, isto é, aquilo que o Homem sente quando está perante determinada paisagem. Obtém-se desta forma uma zonagem em termos de qualidade visual.

As áreas de elevado valor estético, ou de elevada qualidade visual, equívalem a áreas onde o ecossistema é saudável. Estas áreas são de elevada sensibilidade ecológica.

Conhecendo as áreas mais sensíveis é possível protegê-las das acções nefastas do homem, nomeadamente de cargas turísticas exageradas ou não ordenadas.

Quantificando a paisagem, os valores visuais ganham poder nas decisões de planeamento. Urge portanto estabelecer uma taxonomia para a paisagem, definindo unidades paisagísticas e seu valor estético.

Quando se pretende aplicar na prática o que foi exposto, vários problemas se levantam:

- 1 - Identificação da dimensão da paisagem para fazer um inventário dos recursos cénicos.
- 2 - Desenvolvimento de escalas para avaliação dos recursos cénicos.
- 3 - Actualidade de dados disponíveis.
- 4 - Formatização dos resultados, de forma a poderem ser integrados nas decisões de planeamento.

Nas áreas identificadas como zonas com qualidade para recreio é necessário analisar o uso que essas zonas podem permitir como potenciais de recursos que são; ou seja é necessário determinar a sua capacidade de carga. Não há uma definição universal de capacidade de carga para recreio, nem uma forma única para a determinar.

A capacidade de carga dum espaço para recreio envolve princípios sociais, físicos e biológicos e deve basear-se em duas regras básicas; a primeira diz respeito à manutenção da integridade do recurso de base; a segunda a de promover recreio de alta qualidade. Importa definir certos limiares ou níveis de tolerância a partir dos quais o uso pode exceder os mecanismos de controle do ecossistema.

A capacidade de carga pode analisar-se segundo três categorias:

- 1 - Física
- 2 - Ecológica
- 3 - Social/Psicológica

A capacidade de carga física pretende traduzir o número máximo de unidades de utilização (pessoas, veículos, barcos, ...) que podem ser fisicamente acomodados numa determinada área. O seu limite deve ser considerado como o espaço requerido para permitir actividades de recreio com densidades tais, que a eficiência e a segurança seja estabelecida para os utilizadores.

É essencial que prospecções de procura sejam feitas em simultâneo com a proposta de desenvolvimento e antecedam o recreio sob pressão.

Arranjo de zonas verdes como Parques de Merendas, de Campismo, etc. delimitação de áreas a realizar de acordo com a densidade calculada de indivíduos para os quais essas áreas se destinam.

A capacidade de carga ecológica, representa o máximo uso em termos de números e actividades que podem ser acomodados numa área antes que um irreversível declínio dos valores ecológicos ocorra.

A dificuldade com esta definição é em primeiro lugar definir o que constitui uma mudança irreversível no sistema e em segundo, quem deve ser responsável (os utilizadores, a autoridade local, ...?).

A experiência adquirida e estudos determinando as várias respostas relativas a vários níveis e tipos de recreio podem correlacionar a intensidade de uso com a magnitude e proporção da deterioração dos recursos ambientais.

Há vários problemas associados com as mudanças no ambiente, causados pelas actividades de recreio. Um deles é controlar as variáveis: a complexa interacção das componentes dum ecossistema dificilmente podem ser separadas.

As próprias actividades de recreio são variáveis, dado que níveis e intensidades de uso não são uniformes. E ainda, muitos locais para recreio têm diferentes limites espaciais nos vários ecossistemas existentes. Torna-se assim difícil integrar funcionalmente todos estes dados e analisar o problema. Uma outra dificuldade é que, alguns ecossistemas reagem lentamente á pressão de recreio e as alterações no meio ambiente podem apenas manifestar-se em estágio mais avançado.

Tudo isto torna difícil o estabelecimento directo das relações causa-efeito entre actividades de recreio (e infra-estruturas associadas) e degradação de recursos naturais.

Por meio do estudo cuidadoso de vias de acesso, devem-se proteger paisagens cujas características há interesse em manter e que podem ser prejudicadas.

A capacidade de carga psicológica diz respeito à forma como as pessoas reagem à presença ou ausência de outros utilizadores dos mesmos recursos, na mesma área. É definida como o máximo nível de utilização em termos de número e actividades acima do qual existe um declínio da qualidade do recreio.

A avaliação da capacidade de carga global é de extrema importância pois da aplicação dos seus resultados depende o sentido da evolução da paisagem, paisagem que o homem altera pela sua presença, pela mudança constante das suas atitudes.

Uma vez que estudos de capacidade de carga são ainda escassos entre nós, a avaliação do impacte causado pelo turismo nos valores paisagísticos da região, pode ser feito com base na definição de índices de qualidade visual e ambiental. Estes índices serão um indicativo do estado do ambiente em termos ecológicos e podem servir de base à elaboração de medidas:

- a) Defesa de matas visualmente favoráveis, de elevado valor estético.
- b) Manutenção das actividades agrícolas tradicionais.
- c) Avaliação de Impactes Visuais (...)

O fomento do turismo de forma ordenada, irá gerar lucros que poderão ser canalizados pelas autarquias para a implementação de medidas de controle que permitam gerir a paisagem, manter as suas qualidades visual e ambiental.

As medidas de controle poderão ser de carácter político - subsídios, taxas, penalizações, etc.)

Os subsídios destinar-se-ão à manutenção da qualidade da paisagem, da sua diversidade por exemplo: manutenção da agricultura tradicional (actualmente desvantajosa), conservação de zonas de flora/fauna particulares, etc.

As taxas deverão ser aplicadas na penalização de actividades que ultrapassem as capacidades da paisagem, levando à sua degradação.

Pelo exposto se conclui que há que prever cientificamente como evoluirão os factores da realidade perante a pressão de novas actividades que se exercem no tempo.

Isso só se conseguirá pela análise de dados factuais, como o exige a ciência ecológica, inferindo-se então da imensidade de dados a que obriga e das sínteses sucessivas, que porão em evidência as retroacções e os conjuntos das inter-relações possíveis até aos limites de tolerância, ultrapassados os quais se inicia a degradação, quantas vezes irreversível, de que todos conhecemos exemplos abundantes. Deste modo, parece evidente que as solicitações económicas terão como limite as possibilidades e limiares sócio-ecológicos que têm a sua expressão no ambiente.

O ordenamento do território, por ser antecipativo, poderá assegurar a realização duma verdadeira política ambiental. Terá de realizar-se apoiado na participação autárquica e através de equipas interdisciplinares que compatibilizam as diferentes alternativas de ocupação do espaço.

BIBLIOGRAFIA:

- 1 - Andersen, M. Teresa
"O Impacte na Paisagem"
Seminário sobre a Avaliação do Impacte Ambiental
F.C.G., Lisboa, 1986
- 2 - Arthur, L.M.; Daniel, T.C.; Boster, R.S.
"Scenic assessment: An overview"
Landscape Planning, vol 4 (1977) 109 - 129
- 3 - Arnot, R.H.; Grant, K.
"The application of a method for terrain analysis to functional land-capability assessment and aesthetic landscape appreciation".
Landscape Planning, vol 8 (1981) 269-300
- 4 - Brush; Robert O.
"Landform and scenic preference a research note"
Landscape Planning, vol 8 (1981) 301 - 306
- 5 - Câmara, Manuel de Sousa
"O Turismo na Paisagem"
AGROS 45 (1) ISA, 1962
- 6 - Caldeira Cabral, Francisco
"Protecção da Natureza - Que Natureza?"
Seminário Técnico sobre Parques e Conservação da natureza nos Países do sul da Europa SNPRCN, 1988
- 7 - Carlson, A.A.
"On the possibility of quantifying scenic beauty"
Landscape Planning vol. 4 (1977) 131 - 172
- 8 - Dearden, Philip
"Public participation and scenic quality analysis"
Landscape Planning vol. 8 (1981) 3 - 19
- 9 - Declaração Final do seminário Técnico Internacional sobre Problemas dos Parques e Conservação da Natureza nos Países do Sul da Europa.
SNPRCN, 1988

- 10 - Gazes, G.; Languart, R.; Raynouard, Y.
"L'Aménagement touristique"
que sais-je? n° 1882, 1986
- 11 - Higuchi, Tadahiko
"The visual and spatial structure of landscapes" (1988)
- 12 - Jones, Gareth E.
"The Conservation of Ecosystems and species" (1987)
- 13 - Languart, R. ; Raynouard, Y.
"Le tourisme Social"
Que sais-je? n° 1725
- 14 - Laurie, Michael
" Introducción á la arquitectura del paisaje".
1982 Barcelona
- 15 - Lapping, Mark B.
"Landscape planning policy in Vermont"
Landscape Planning vol. 8 (1981) 349 - 361
- 16 - Leitão, Aristides
"Turismo em Áreas Protegidas"
Primeiro congresso Nacional de Áreas protegidas Lisboa, 1987
- 17 - Lille López António
"Usages publics dans le Parc Régional du Manzanares"
Seminário técnico sobre Parques e Conservação da Natureza nos Países do Sul da Europa. SNPRCN, 1988
- 18 - Matate Beliz, J.
"Conservação da Natureza e Actividades Económicas. Flora Silvestre"
Seminário Técnico sobre Parques e Conservação da Natureza nos Países do Sul da Europa, SNPRCN, 1988
- 19 - Meveran, Josip
"Les parcs nationaux - médium international de rapprochement de l'humanité par le contact avec la nature"
Seminário Técnico sobre parques e Conservação da Natureza nos Países do Sul da Europa. SNPRCN, 1988.

- 20 - Nunes, João
"Análise da qualidade Visual da Paisagem"
Relatório de Estágio de Arq. Paisagista
ISA, Lisboa (1985)
- 21 - Odum, Eugene P.
"Fundamentos de Ecologia"
F.C.G., 4ª edição.
- 22 - Pereira, M. Lurdes
"Que impacte sócio-cultural"
Seminário sobre a Avaliação de Impacte Ambiental.
F.C.G. Lisboa 1987
- 23 - Pessoa, Fernando
"Introdução ao tema: Turismo nas Áreas Protegidas"
Seminário Técnico sobre Parques e Conservação da Natureza nos Países do Sul
da Europa . SNPRCN, 1988
- 24 - Shafer, E. L.; Brush, R.O.
"How to measure preferences for photographs of natural landscapes"
Landscape planning, vol. 4 (1977) : 237 - 256
- 25 - Zube, E.; Pitt, D. G.
"Cross - Cultural perceptions of scenic and heritage landscapes"
Landscape planning, vol 8 (1981): 69 - 87